



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista Judiciário - Área Administrativa**  
**Especialidade Contabilidade**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

**P R O V A**

Conhecimentos Básicos  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva - Redação

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS BÁSICOS

## Língua Portuguesa

**Atenção:** As questões de números 1 a 5, referem-se ao texto abaixo.

O tempo, como o dinheiro, é um recurso escasso. Isso poderia sugerir que ele se presta, portanto, à aplicação do cálculo econômico visando o seu melhor proveito. O uso racional do tempo seria aquele que maximiza a utilidade de cada hora do dia. Diante de cada opção de utilização do tempo, a pessoa delibera e escolhe exatamente aquela que lhe proporciona a melhor relação entre custos e benefícios.

Ocorre que a aplicação do cálculo econômico às decisões sobre o uso do tempo é neutra em relação aos fins, mas exigente no tocante aos meios. Ela cobra uma atenção alerta e um exercício constante de avaliação racional do valor do tempo gasto. O problema é que isso tende a minar uma certa disposição à entrega e ao abandono, os quais são essenciais nas atividades que envolvem de um modo mais pleno as faculdades humanas. A atenção consciente à passagem das horas e a preocupação com o seu uso racional estimulam a adoção de uma atitude que nos impede de fazer o melhor uso do tempo.

Valéry investigou a realidade dessa questão nas condições da vida moderna: "O lazer aparente ainda permanece conosco e, de fato, está protegido e propagado por medidas legais e pelo progresso mecânico. O nosso ócio interno, todavia, algo muito diferente do lazer cronometrado, está desaparecendo. Estamos perdendo aquela vacuidade benéfica que traz a mente de volta à sua verdadeira liberdade. As demandas, a tensão, a pressa da existência moderna perturbam esse precioso repouso."

O paradoxo é claro. Quanto mais calculamos o benefício de uma hora "gasta" desta ou daquela maneira, mais nos afastamos de tudo aquilo que gostaríamos que ela fosse: um momento de entrega, abandono e plenitude na correnteza da vida. Na amizade e no amor; no trabalho criativo e na busca do saber; no esporte e na fruição do belo – as horas mais felizes de nossas vidas são precisamente aquelas em que perdemos a noção da hora.

(Adaptado de Eduardo Giannetti. **O valor do amanhã.** São Paulo, Cia. das Letras, 2005, p.206-209)

1. O posicionamento crítico adotado pelo autor em relação ao emprego do cálculo econômico sobre a utilização do tempo está em:
- (A) O uso racional do tempo seria aquele que maximiza a utilidade de cada hora do dia.
- (B) Diante de cada opção de utilização do tempo, a pessoa delibera e escolhe exatamente aquela que lhe proporciona a melhor relação entre custos e benefícios.
- (C) A atenção consciente à passagem das horas e a preocupação com o seu uso racional estimulam a adoção de uma atitude que nos impede de fazer o melhor uso do tempo.
- (D) Isso poderia sugerir que ele se presta, portanto, à aplicação do cálculo econômico visando o seu melhor proveito.
- (E) O lazer aparente ainda permanece conosco e, de fato, está protegido e propagado por medidas legais e pelo progresso mecânico.

2. O paradoxo a que o autor se refere está corretamente resumido em:
- (A) O tempo despendido na busca de conhecimento é recompensado pelo saber.
- (B) Os momentos de relaxamento pleno advêm do bom planejamento do uso do tempo.
- (C) A criatividade confere maior qualidade ao tempo despendido com o trabalho.
- (D) O controle do uso do tempo compromete o seu aproveitamento prazeroso.
- (E) As horas de maior prazer são aquelas empregadas em atividades bem planejadas.

3. Leia atentamente as afirmações abaixo.
- I. O problema é que isso tende a minar... (2º parágrafo)  
O pronome grifado se refere a *decisões sobre o uso do tempo*.
- II. ... os quais são essenciais nas atividades que envolvem de um modo mais pleno as faculdades humanas. (2º parágrafo)  
O segmento grifado na frase acima se refere aos termos *a entrega e o abandono*.
- III. Os segmentos *vacuidade benéfica* (3º parágrafo) e *fruição do belo* (4º parágrafo) estão corretamente traduzidos, respectivamente, por **esmorecimento revigorante e deleite venturoso**.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II.
- (B) I e III.
- (C) I.
- (D) II e III.
- (E) I e II.

4. ... aquele que maximiza a utilidade de cada hora do dia. (1º parágrafo)
- O verbo que exige o mesmo tipo de complemento do verbo grifado acima está em:
- (A) ... aquela que *lhe proporciona a melhor relação entre custos e benefícios*.
- (B) ... a *adoção de uma atitude que nos impede de...*
- (C) *Valéry investigou a realidade dessa questão nas condições da vida moderna...*
- (D) *Diante de cada opção de utilização do tempo, a pessoa delibera...*
- (E) ... que ele se presta, portanto, à *aplicação do cálculo econômico...*

5. Das decisões cotidianas relacionadas ..... distrações e dietas ..... escolhas profissionais e afetivas de longo prazo, o modo como usamos o tempo influencia todos os setores da vida e acarreta algum tipo de ônus ..... ser pago futuramente.
- Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:
- (A) a - às - à
- (B) à - as - à
- (C) à - às - a
- (D) à - as - a
- (E) a - às - a



**Atenção:** As questões de números 6 a 8 referem-se ao texto abaixo.

Setembro de 2005

Woody Allen acabou de montar *Scoop* – O grande furo. Agora vai tentar elaborar seu próximo filme, mas não sabe onde ele será feito. Londres foi um prazer inesperado, e ele pretendia fazer o terceiro filme seguido lá, mas o sucesso crítico e financeiro de *Match Point* deu origem a outras possibilidades.

– Vou esperar até ver *Scoop* para perguntar mais, mas você gostaria de fazer alguma observação?

– Tenho um papel no filme porque é uma comédia, automaticamente mais leve. Houve um tempo em que eu, mais jovem, estava ligado em comédia e pensava: Ah, isto é engraçado. Mas não sinto mais a mesma coisa. Foi divertido fazer *Match Point* e fiquei muito envolvido como espectador enquanto fazia o filme. Adorei o fato de não atuar nele, adorei o fato dele ser sério, e, quando foi lançado, me deu uma sensação boa, fiquei orgulhoso. Já por uma comédia, em especial uma comédia em que atuo, dificilmente eu me interessou.

(Adaptado de Eric Lax. **Conversas com Woody Allen**. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo, Cosac Naify, 2009, p.69)

6. ... e ele pretendia fazer o terceiro filme seguido lá...

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

- (A) Houve um tempo em que eu...
- (B) ... o sucesso crítico e financeiro de *Match Point* deu origem a outras possibilidades.
- (C) ... mas você gostaria de fazer alguma observação?
- (D) ... estava ligado em comédia...
- (E) Mas não sinto mais a mesma coisa.

7. ... em especial uma comédia em que atuo...

O segmento grifado acima preenche corretamente a lacuna da frase:

- (A) A trilha sonora ..... Philip Glass compôs para o filme *Sonho de Cassandra* é carregada de tensão.
- (B) O estúdio musical ..... as trilhas sonoras de Woody Allen são gravadas já abrigou uma galeria de arte.
- (C) A crítica ..... os cineastas deparam a cada filme costuma ser inócua para suas obras.
- (D) Um filme ..... Woody Allen deve se orgulhar é *Match Point*.
- (E) Diane Keaton é uma atriz ..... Woody Allen pôde contar diversas vezes.

8. O livre comentário sobre o filme *Match Point* que foi redigido com clareza, correção e lógica está em:

- (A) Com o grande sucesso de crítica e público alcançados quando foi exibido em Cannes, *Match Point*, a despeito de outros projetos realizados pelo cineasta, à medida em que obteve considerável retorno financeiro, configura-se, assim, como um dos filmes mais sombrios feito por Woody Allen.
- (B) *Match Point*, um dos filmes mais sombrios de Woody Allen, cujo grande sucesso de crítica e público foram alcançados quando exibido em Cannes, a despeito de outros projetos realizados pelo cineasta, obteve considerável retorno financeiro.
- (C) Um dos filmes mais sombrios de Woody Allen, *Match Point*, cujo o grande sucesso de crítica e público seriam alcançados em sua exibição em Cannes, difere de outros projetos realizados pelo cineasta, conquanto obteve considerável retorno financeiro.
- (D) *Match Point*, um dos filmes mais sombrios de Woody Allen, alcançou grande sucesso de crítica e público quando foi exibido em Cannes e, ao contrário de outros projetos realizados pelo cineasta, obteve considerável retorno financeiro.
- (E) A despeito de ser um dos filmes mais sombrios feitos por Woody Allen, quando foi exibido em Cannes *Match Point*, diferentemente de outros projetos realizados pelo cineasta, que obteve considerável retorno financeiro, alcança grande sucesso de crítica e público.

#### Noções de Informática

9. Sobre sistemas operacionais é INCORRETO afirmar:

- (A) O sistema operacional é uma camada de *hardware* que separa as aplicações do *software* que elas acessam e fornece serviços que permitem que cada aplicação seja executada com segurança e efetividade.
- (B) Na maioria dos sistemas operacionais um usuário requisita ao computador que execute uma ação (por exemplo, imprimir um documento), e o sistema operacional gerencia o *software* e o *hardware* para produzir o resultado esperado.
- (C) Um usuário interage com o sistema operacional via uma ou mais aplicações de usuário e, muitas vezes, por meio de uma aplicação especial denominada *shell* ou interpretador de comandos.
- (D) Primordialmente, são gerenciadores de recursos – gerenciam *hardware* como processadores, memória, dispositivos de entrada/saída e dispositivos de comunicação.
- (E) O *software* que contém os componentes centrais do sistema operacional chama-se núcleo (*kernel*).



10. No *BrOffice Writer*, para apagar de uma só vez a palavra à esquerda do cursor utiliza-se
- (A) <Shift> + <Seta para esquerda>.
- (B) <BackSpace>.
- (C) <Del>.
- (D) <Ctrl> + <Del>.
- (E) <Ctrl> + <BackSpace>.
- 
11. Para salvar uma apresentação do *BrOffice Impress* com senha,
- (A) clica-se no menu Arquivo e em seguida na opção Salvar como. Na janela que se abre, dá-se o nome ao arquivo no campo Nome, seleciona-se a opção Ferramentas, em seguida Opções Gerais e digita-se a senha. Para concluir, clica-se no botão Salvar.
- (B) pressiona-se a combinação de teclas *Ctrl + Shift + S* e na tela que se abre, digita-se o nome do arquivo no campo Nome, a senha no campo Senha e clica-se no botão Salvar.
- (C) clica-se no menu Arquivo e em seguida na opção Salvar. Na tela que se abre, digita-se o nome do arquivo no campo Nome, a senha no campo Senha e clica-se no botão Salvar.
- (D) pressiona-se a combinação de teclas *Ctrl + S* e na tela que se abre, digita-se o nome do arquivo no campo Nome, seleciona-se a caixa de combinação Salvar com senha e clica-se no botão Salvar. Para concluir, digita-se e redigita-se a senha e clica-se no botão OK.
- (E) clica-se no menu Arquivo e em seguida na opção Salvar. Na janela que se abre, dá-se o nome do arquivo no campo Nome, seleciona-se a opção Ferramentas, em seguida Salvar com senha. Na janela que se abre, digita-se e redigita-se a senha e clica-se no botão Salvar.
- 
- Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais**
12. Zuleica, Teodora e Bárbara são analistas dos Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará, sendo que Teodora é aposentada, Zuleica praticou infração disciplinar sujeita a penalidade de suspensão de até 30 dias, Teodora praticou infração disciplinar sujeita a cassação da aposentadoria e Bárbara praticou infração disciplinar sujeita a penalidade de suspensão de até 90 dias. Nestes casos, de acordo com a Lei nº 8.112/90, será obrigatória a instauração de processo administrativo disciplinar para a apuração das infrações cometidas por
- (A) Teodora e Bárbara, apenas.
- (B) Zuleica, Teodora e Bárbara.
- (C) Teodora, apenas.
- (D) Zuleica e Bárbara, apenas.
- (E) Bárbara, apenas.
- 
13. Com relação a Revisão do Processo Administrativo Disciplinar considere:
- I. Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.
- II. Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, inclusive em relação à destituição do cargo em comissão.
- III. A revisão correrá em apenso ao processo originário, sendo que na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.
- IV. O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Ministro de Estado ou autoridade equivalente, que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido ao dirigente do órgão ou entidade onde se originou o processo disciplinar.
- Segundo a Lei nº 8.112/90, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I, III e IV.
- 
14. Segundo a Lei nº 8.112/90, NÃO se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito
- (A) os adicionais, apenas.
- (B) as gratificações, apenas.
- (C) as indenizações, apenas.
- (D) as indenizações e os adicionais.
- (E) as gratificações e os adicionais.
- 
15. Walquiria é analista judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará. Ela é formada em Direito, tendo concluído curso de doutorado, mestrado e de especialização *lato sensu*. Neste caso, de acordo com a Lei nº 11.416/2006, Walquíria terá direito ao Adicional de Qualificação – AQ
- (A) apenas relativo ao Doutorado e ao curso de especialização *lato sensu*, cumulativamente.
- (B) apenas relativo ao Doutorado e ao Mestrado cumulativamente.
- (C) relativo ao Doutorado, Mestrado e do curso de especialização *lato sensu*, cumulativamente.
- (D) apenas relativo ao Doutorado.
- (E) apenas relativo ao curso de especialização *lato sensu*.

**Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará**

16. Com relação a organização do Tribunal considere:

- I. Vagando o cargo de presidente e faltando mais de cento e oitenta dias para o término do biênio, proceder-se-á à eleição para complementação dos mandatos de presidente e vice-presidente.
- II. O Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará elegerá seu presidente e vice-presidente dentre os dois desembargadores que o compõem, cabendo ao presidente o exercício cumulativo da Corregedoria Regional Eleitoral.
- III. O Supremo Tribunal Federal indicará primeiro e segundo substitutos para a categoria de desembargador.
- IV. Regula a antiguidade no Tribunal: a data da posse; a data da nomeação ou indicação; o anterior exercício como efetivo ou substituto; a idade.

De acordo com o Regimento, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e IV.
- (C) III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e II.

17. Ao presidente é facultado decidir monocraticamente as questões relativas a direitos e deveres dos servidores ou submetê-las à apreciação do Tribunal. Das decisões do presidente caberá

- (A) pedido de reconsideração e, do seu indeferimento, não caberá recurso para o Tribunal.
- (B) pedido de reconsideração e, do seu indeferimento, caberá recurso para o Tribunal, ambos no prazo de trinta dias a contar da publicação ou da ciência dada ao interessado.
- (C) apenas recurso para o Tribunal no prazo de trinta dias a contar da publicação ou da ciência dada ao interessado.
- (D) pedido de reconsideração e, do seu indeferimento, caberá recurso para o Tribunal, ambos no prazo de até dez dias a contar da publicação ou da ciência dada ao interessado.
- (E) apenas recurso para o Tribunal no prazo de até dez dias a contar da publicação ou da ciência dada ao interessado.

18. Compete ao vice-presidente

- (A) mandar publicar, no prazo legal, os nomes dos candidatos registrados pelo Tribunal.
- (B) convocar sessões extraordinárias.
- (C) autorizar a distribuição e a redistribuição dos processos aos membros do Tribunal.
- (D) conhecer, em grau de recurso, de decisão administrativa do diretor geral da secretaria.
- (E) presidir a comissão apuradora das eleições.

19. O Tribunal reunir-se-á em sessões

- (A) ordinárias e administrativas, dezesseis vezes por mês.
- (B) ordinárias e administrativas, vinte vezes por mês.
- (C) ordinárias e administrativas, oito vezes por mês.
- (D) ordinárias, uma vez ao mês.
- (E) administrativas, cinco vezes ao mês.

20. Dentre os processos abaixo indicados, os que serão primeiramente julgados na sessão ordinária são os

- (A) que visam o cancelamento de Registro de Partido Político.
- (B) adiados, iniciando-se por aqueles com pedido de vista.
- (C) que possam resultar em perda de mandato eletivo.
- (D) extrapauta.
- (E) que possam resultar em inelegibilidade por prazo superior a dois anos.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Contabilidade Geral**

21. A empresa Androide S.A. comprou uma máquina em 01/01/2011, a qual foi incluída na unidade geradora de caixa na mesma data e tem as seguintes características:

Dados	
Valor histórico da máquina	R\$ 1.200.000,00
Vida útil	20 anos
Valor residual	R\$ 30.000,00

Com base nas informações, o valor da depreciação para um ano é de:

- (A) R\$ 58.500,00.  
(B) R\$ 61.500,00.  
(C) R\$ 30.750,00.  
(D) R\$ 29.250,00.  
(E) R\$ 60.000,00.
22. A empresa Polo Norte S.A. fez uma aplicação financeira em CDB – Certificado de Depósito Bancário por 720 dias. O CDB pode ser resgatado antecipadamente. O diretor financeiro juntamente com o Contador ao analisar a situação econômico-financeira da empresa constatou que haverá necessidade de resgatar antecipadamente o CDB em parcelas, para cobrir as necessidades operacionais de caixa, dessa forma o CDB deve ser classificado como instrumento financeiro
- (A) disponível para venda, sendo contabilizado pelo valor de custo na contratação e atualizado pelo valor do custo amortizado durante a vigência do papel.  
(B) mantido até o vencimento, sendo contabilizado pelo valor de custo amortizado e atualizado pelo valor justo durante a vigência do papel.  
(C) disponível para venda, sendo contabilizado pelo valor de custo na contratação e atualizado pelo valor justo durante a vigência do papel.  
(D) mantido até o vencimento, sendo contabilizado pelo valor de custo na contratação e atualizado pelo valor de mercado durante a vigência do papel.  
(E) disponível para venda, sendo contabilizado pelo valor justo na contratação e atualizado pela média dos valores de mercado dos papéis de mesma natureza do mercado interfinanceiro.

23. Considere os dados abaixo.

Dados	
Valor histórico da máquina	R\$ 1.300.000,00
Reavaliação da máquina	R\$ 200.000,00
Perda de valor recuperável do ativo contabilizada	R\$ 130.000,00
Novo valor da perda de valor recuperável calculada	R\$ 230.000,00

O registro contábil complementar que deverá ser efetuado com relação a perda do valor recuperável é:

- (A) Débito: Ativo – Perda de valor recuperável – R\$ 100.000,00 e Crédito: Despesa – Perda de valor recuperável – R\$ 100.000,00.  
(B) Débito: Despesa – Perda de valor recuperável – R\$ 100.000,00 e Crédito: Ativo – Perda de valor recuperável – R\$ 100.000,00.  
(C) Débito: Despesa – Perda de valor recuperável – R\$ 70.000,00, Débito: Patrimônio Líquido – Reserva de Reavaliação – Perda de Valor Recuperável – R\$ 30.000,00 e Crédito: Ativo – Perda de valor recuperável – R\$ 100.000,00.  
(D) Débito: Despesa – Perda de valor recuperável – R\$ 30.000,00, Débito: Patrimônio Líquido – Reserva de Reavaliação – Perda de Valor Recuperável – R\$ 70.000,00 e Crédito: Ativo – Perda de valor recuperável – R\$ 100.000,00.  
(E) Débito: Despesa – Perda de valor recuperável – R\$ 230.000,00 e Crédito: Ativo – Perda de valor recuperável – R\$ 230.000,00.
24. Com relação às alterações ocorridas na legislação societária, é correto afirmar que:
- (A) Despesa Antecipada é uma conta de resultado.  
(B) Ações em Tesouraria é uma conta de investimentos no ativo.  
(C) Receita Diferida é uma conta de Ativo.  
(D) Reserva de Doações e Subvenções é uma conta de Reserva de Lucros.  
(E) Duplicatas Descontadas é uma conta de ativo não circulante.



25. A empresa de capital aberto Health S.A., no decorrer do exercício de 2010, registra em suas contas os seguintes valores:

I	Despesas Diferidas	R\$ 80.000,00
II	Ativo Diferido	R\$ 100.000,00
III	Duplicatas Descontadas	R\$ 200.000,00
IV	Reserva de Capital – prêmio recebido na emissão de debêntures	R\$ 200.000,00
V	Reserva de Capital – Doações e Subvenções	R\$ 230.000,00

Com base nos dados acima, estão de acordo com as normas societárias APENAS os lançamentos

- (A) I e V.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) I e III.

26. O lucro obtido no exercício de 2010, por sociedade por ações e de capital aberto, NÃO pode ser destinado para

- (A) dividendos obrigatórios.
- (B) lucros acumulados.
- (C) capitalização.
- (D) reserva de lucros.
- (E) juros sobre o capital próprio.

27. A Empresa Aviação S.A possui em seus passivos fornecedores que financiaram Bens de Capital à empresa em quatro anos. A empresa produz máquinas de costura e para viabilizar seus clientes tem como política de vendas, oferecer a seus clientes prazos de 360, 720 e 900 dias, com juros pré-fixados de 30% a.a.. Há em sua carteira de clientes operações com todos os prazos, dessa forma pode-se afirmar que de acordo com as leis e normas contábeis vigentes, que

- (A) as transações de curto prazo podem ser ajustadas se o ajuste a valor presente for relevante e as de longo prazo devem ser ajustados obrigatoriamente.
- (B) é opcional o reconhecimento do ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de longo prazo afetando os resultados durante um longo tempo.
- (C) somente as operações com prazo de 360 dias devem ser ajustadas a valor presente, uma vez que geram maior volume de juros nas operações.
- (D) todas as operações devem obrigatoriamente ser ajustadas por conterem juros embutidos, independente da relevância do ajuste.
- (E) não há necessidade de efetuar o ajuste a valor presente, uma vez que os juros já foram reconhecidos e estão embutidos nas vendas efetuadas e nos financiamentos.

28. O estoque de peças para reposição dos tratores utilizados por uma empresa de terraplanagem deve ser registrado

- (A) como conta de estoque no ativo circulante.
- (B) no ativo imobilizado em subconta à parte.
- (C) em conta de despesa antecipada como item do ativo diferido.
- (D) na despesa de período por se tratar de bem em uso.
- (E) como investimento como ativo para futura utilização.

29. Na apuração do Lucro Líquido do Exercício devem ser computadas

- (A) as despesas e receitas do período, as obrigações contraídas no exercício, os dividendos a distribuir e o imposto e contribuição incidente sobre o resultado.
- (B) todas as despesas e receitas do exercício, os ajustes de exercícios anteriores, o imposto de renda sobre o lucro, os dividendos e o resultado abrangente.
- (C) as reservas de lucros, as contribuições, as despesas e receitas do período, os impostos e contribuições.
- (D) as despesas incorridas, as receitas efetivamente ganhas no período, o imposto de renda, a contribuição e participações nos lucros.
- (E) as receitas e despesas do período, as participações no lucro, a reserva legal, o imposto de renda e o resultado abrangente.



30. Na apuração da receita líquida de vendas são computados os valores dos seguintes itens:
- (A) as vendas devolvidas, os desembolsos com transportes de mercadorias e os abatimentos recebido pela empresa.
  - (B) os impostos diretos sobre as vendas, as devoluções de mercadorias vendidas e abatimentos sobre as vendas.
  - (C) o custo da mercadoria vendida, os impostos diretos, os descontos comerciais concedidos e os fretes e despachos sobre as vendas.
  - (D) as devoluções de vendas, os descontos comerciais recebidos e os descontos financeiros concedidos aos clientes.
  - (E) os gastos com transporte das mercadorias vendidas, o custo das mercadorias vendidas e os descontos financeiros concedidos.
- 
31. Os atributos a seguir são condicionantes para o reconhecimento de uma Provisão, quando
- (A) a probabilidade de ocorrer uma obrigação presente é improvável, mesmo que seja decorrente de um evento tempestivo e presente, cuja mensuração do valor total não possa ser quantificada de forma segura.
  - (B) há existência da probabilidade de um ingresso de recursos futuros, mesmo que a sua quantificação seja incerta.
  - (C) o montante da obrigação pode ser estimado em base segura e confiável, que a exigência de recursos para liquidação da obrigação possa ser verificada e quando se constatar uma exigibilidade presente como consequência de um evento passado.
  - (D) uma obrigação legal ou não formalizada futura for reconhecida como consequência de um evento futuro de prazo definido.
  - (E) for identificada uma exigibilidade futura consequente de um evento futuro provável, mesmo que o seu valor não possa ser estimado com segurança e confiabilidade.

**Atenção:** As questões de números 32 a 35 referem-se aos livros contábeis da Cia. Iracema das quais foram extraídas as contas abaixo.

Contas	Saldos Finais em 31.12.2010 R\$
Custo das Mercadorias Vendidas	6.300,00
Despesas Administrativas	600,00
Despesas de Pessoal	1.200,00
Despesas de Aluguéis	700,00
Despesas Financeiras	1.200,00
Despesas de Depreciação	300,00
Despesas Tributárias	800,00
Provisão p/Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD	200,00
Receitas Financeiras	2.000,00
Recuperação de Clientes	1.500,00
Reversão de PCLD – Provisão p/Crédito de Liquidação Duvidosa	160,00
Despesas Serviços de Terceiros	500,00
Vendas	10.640,00

Considerando ainda que:

- I. A empresa iniciou suas atividades em janeiro de 2010, com um Capital Social totalmente integralizado no valor de R\$ 100.000,00.
- II. Sua política contábil estabelece que na existência de saldo positivo do exercício a empresa deverá provisionar e distribuir o seu resultado utilizando os seguintes percentuais:

Itens	Percentual
Provisão p/IR e Contribuição Social	20%
Provisão p/Participação dos Empregados nos lucros da Sociedade	20%
Provisão p/Participação dos Administradores nos lucros da Sociedade	15%
Reserva Legal	5%
Dividendos	30%
Reserva Estatutárias	10%

- III. Havendo ainda saldo de resultado líquido este deverá ser retido, nos termos da proposta de retenção de lucro aprovada pela Assembleia Geral e constante no orçamento de capital para os próximos quatro anos.

32. O resultado líquido do exercício é

- (A) R\$ 2.500,00.
- (B) R\$ 2.160,00.
- (C) R\$ 2.000,00.
- (D) R\$ 1.600,00.
- (E) R\$ 1.360,00.





33. O resultado antes dos impostos, contribuições e participações é
- (A) R\$ 2.500,00.
  - (B) R\$ 2.160,00.
  - (C) R\$ 2.000,00.
  - (D) R\$ 1.600,00.
  - (E) R\$ 1.360,00.

34. O valor residual do lucro a ser inscrito como Lucros Retidos é
- (A) R\$ 136,00.
  - (B) R\$ 168,00.
  - (C) R\$ 408,00.
  - (D) R\$ 612,00.
  - (E) R\$ 748,00.

35. O valor destinado a dividendos é
- (A) R\$ 136,00.
  - (B) R\$ 168,00.
  - (C) R\$ 408,00.
  - (D) R\$ 612,00.
  - (E) R\$ 748,00.

#### Contabilidade Pública

36. Segundo a norma brasileira de contabilidade nº 16.1 e conforme Resolução CFC nº 1.128/08, alterada pela Res. CFC nº 1.268/09, a citação "o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade (Res. CFC nº 1.282/10) e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público", a fim de "fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social", cujo objeto é "o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados por aquelas entidades, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços ou à exploração econômica por entidades do setor e suas obrigações", caracteriza a nova Contabilidade
- (A) Avançada.
  - (B) Gerencial.
  - (C) Governamental.
  - (D) Integral.
  - (E) Societária.
37. O espaço de atuação do Profissional de Contabilidade que demanda estudo, interpretação, identificação, mensuração, avaliação, registro, controle e evidenciação de fenômenos contábeis, decorrentes de variações patrimoniais em entidades do setor público; e/ou de órgãos, fundos e pessoas jurídicas de direito público ou que, possuindo personalidade jurídica de direito privado, recebam, guardem, movimentem, gerenciem ou apliquem dinheiro, bens e valores públicos, na execução de suas atividades, equiparando-se, para efeito contábil, às pessoas físicas que recebam subvenção, benefício, ou incentivo fiscal ou creditício, de órgão público, no tocante aos aspectos contábeis da prestação de contas, na Contabilidade Pública, refere-se ao
- (A) ramo científico.
  - (B) método de custeio.
  - (C) sistema de custos.
  - (D) sistema de informações gerenciais.
  - (E) campo de aplicação.
38. As operações de crédito por antecipação de receitas (ARO), destinadas a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro, conforme artigo 7º da Lei nº 4.320/64, seção XI do Decreto nº 93.872/86, bem como no capítulo VII, seção IV, subseção III da Lei Complementar nº 101/00, e da Resolução nº 43/01 do Senado Federal, computada como receita extra-orçamentária na contratação, será no sistema financeiro contabilizada como débitos de tesouraria em dívida fluante, cujo saldo dessas operações, no encerramento do exercício financeiro, no balanço patrimonial não deverá ultrapassar
- (A) 25% da receita total.
  - (B) 16% da receita corrente líquida.
  - (C) 7% da receita corrente líquida.
  - (D) zero.
  - (E) 100% da receita total.



39. O Princípio de Contabilidade que refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas, em que a falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a tempestividade e a confiabilidade da informação, o que é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos registros contábeis dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública, onde integridade e a fidedignidade dizem respeito à necessidade de as variações serem reconhecidas na sua totalidade, independentemente do cumprimento das formalidades legais para sua ocorrência, visando ao completo atendimento da essência sobre a forma, e neste caso a contabilidade não pode se restringir ao registro dos fatos decorrentes da execução orçamentária, devendo registrar tempestivamente todos os fatos que promovam alteração no patrimônio.

Com base na Resolução CFC nº 1.111/07, na Resolução CFC nº 1.282/10 e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN do Ministério da Fazenda, 3ª edição válida para 2011, o texto acima refere-se ao Princípio de Contabilidade da

- (A) Entidade.  
(B) Oportunidade.  
(C) Continuidade.  
(D) Atualização Monetária.  
(E) Competência.
- 
40. Segundo a Lei nº 4.320/64, artigo 11, em consonância com o inciso I do artigo 50 da Lei Complementar nº 101/00, bem como o Manual da Receita Nacional editado pela portaria STN/SOF nº 3/08, as receitas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e de outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes do fornecimento de materiais, bens e serviços, recebimentos de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou de outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo, classificam-se como receita
- (A) corrente intraorçamentária.  
(B) de capital.  
(C) de serviços.  
(D) patrimonial.  
(E) extraorçamentária.
- 
41. Segundo os artigos 12, 13 e 91 da Lei nº 4.320/64 em consonância com a portaria nº 163/01 da STN/MF artigos 3º e 8º, em atendimento ao artigo 165 da Constituição Federal, bem como do artigo 4º parágrafo 3º e inciso III e parágrafo 1º do artigo 5º da Lei Complementar nº 101/00, a dotação global, permitida para a União, ou em atos das demais esferas de Governo, a ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, classificam-se pela categoria economia da despesa, na Contabilidade Pública como
- (A) reservas de contingências.  
(B) despesas de capital.  
(C) outras despesas correntes.  
(D) amortização da dívida.  
(E) inversões financeiras.
- 
42. Em atendimento aos artigos 85 a 106 da Lei nº 4.320/64, notadamente os de números 85, 88, 89 e 97, o art. 50, parágrafo 2º, da Lei Complementar nº 101/00, bem como o plano de contas aplicado ao setor público da Portaria STN/MF nº 467/09 e as normas brasileiras de contabilidade técnicas aplicadas ao setor público estabelecidas na Resolução CFC nº 1.132/08, sob a categoria NBC T 16.5, as entidades do setor público devem manter procedimentos uniformes de registros contábeis, por meio de processo manual, mecanizado ou eletrônico, em rigorosa ordem cronológica, como suporte às informações, cuja característica do registro e da informação contábil no setor público, deve observar aos princípios e às Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, entre elas, o quesito os registros contábeis e as informações devem observar critérios padronizados e contínuos de identificação, classificação, mensuração, avaliação e evidenciação, de modo que fiquem compatíveis, mesmo que geradas por diferentes entidades, e esse atributo permite a interpretação e a análise das informações, levando-se em consideração a possibilidade de se comparar a situação econômico-financeira de uma entidade do setor público em distintas épocas de sua atividade refere-se a característica de
- (A) compreensibilidade.  
(B) uniformidade.  
(C) imparcialidade.  
(D) objetividade.  
(E) visibilidade.



43. As inúmeras atividades, a diversidade de programas e as unidades gestoras da administração pública produzem eventos econômicos a serem registrados contabilmente, como são numerosas as contas do plano de contas aplicado ao setor público e muitos gestores públicos não têm conhecimentos aprofundados sobre contabilidade pública, criou-se um outro mecanismo dentro do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) que pudesse facilitar o trabalho de registro dos atos e fatos de gestão. Assim no SIAFI denomina-se EVENTO um código associado a cada tipo de ato ou fato que deva ser registrado contabilmente pelo sistema e ao qual se associa, por sua vez, um roteiro contábil, ou seja, uma lista das contas de débito e crédito que devam ser afetadas, de forma a que todos os operadores do SIAFI possam efetuar lançamentos contábeis. A otimização dos registros contábeis é representada pela ferramenta de trabalho denominada
- (A) Plano de atividades.
  - (B) Relação de programas.
  - (C) Tabela de eventos.
  - (D) Plano de contas.
  - (E) Relação digrafográfica.
- 
44. A fim de promover a convergência das práticas contábeis vigentes no setor público com as normas internacionais de contabilidade, tendo em vista as condições, peculiaridades e o estágio de desenvolvimento do país, por meio da Lei Complementar nº 131/09 que alterou a LC nº 101/00, combinado com a Portaria nº 749/09 da STN/MF, bem como a Portaria nº 406/11 e a norma NBCT 16.6 da Resolução CFC nº 1.133/08, exige-se para 2.012 três novas demonstrações contábeis aplicadas às entidades do setor público da União, Estados e Distrito Federal, além das já exigidas nos artigos 101 a 106 da Lei nº 4.320/64, das quais a que tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público e são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar recursos financeiros e equivalentes a estes, bem como suas necessidades de liquidez, corresponde à Demonstração de
- (A) Fluxo de Caixa.
  - (B) Resultado Econômico.
  - (C) Mutações do Patrimônio Líquido.
  - (D) Variações Patrimoniais.
  - (E) Balanço Financeiro.
- 
45. A prestação de contas dos partidos políticos sujeita às normas estabelecidas pela Resolução TSE nº 21.841/04, em que essas agremiações devem apresentar, conforme artigos 12 a 18, demonstrações contábeis ali exigidas, a serem transmitidas ao Sistema de Prestação de Contas de Partidos, alterada pela Resolução TSE nº 23.339/11 em relação ao SPCP. Em se tratando de recursos advindos do Fundo Partidário, as despesas deverão ser especificadas, conforme parágrafo 1º, do art. 44, da Lei nº 9.096/95 de modo a permitir o controle da Justiça Eleitoral. Embora apresente problemas operacionais no SPCP, não exime os partidos da prestação de contas e da manutenção de todas as demonstrações contábeis atualizadas conforme manuais de contabilidade aplicada ao setor público. Estabelece-se ainda nos artigos 22 a 24 da Resolução TSE nº 21.841/04 que "na fiscalização da escrituração contábil da prestação de contas do partido e das despesas de campanha eleitoral de que trata o art. 34 da Lei nº 9.096/95, a Justiça Eleitoral pode determinar auditorias de natureza contábil, financeira e patrimonial", em que ao concluir a análise das prestações de contas, a unidade técnica deve emitir parecer conclusivo. Este último, quando detectada a desconformidade entre as demonstrações contábeis exigidas em suas formalidades, deve ser um parecer
- (A) de aprovação com ressalva.
  - (B) sem ressalva.
  - (C) adverso.
  - (D) de abstenção.
  - (E) de desaprovação das contas.

#### Auditoria

46. *O processo sistemático, documentado e independente de se avaliar objetivamente uma situação ou condição para determinar a extensão na qual critérios são atendidos, obter evidências quanto a esse atendimento e relatar os resultados dessa avaliação a um destinatário predeterminado.*

A citação acima exprime a auditoria segundo:

- (A) Metodologia COSO.
- (B) Síntese das Normas de Auditoria do TCU.
- (C) Normas de Auditoria da Intosai.
- (D) NBC TAs do CFC.
- (E) Ibracon.



47. Segundo as normas de auditoria do TCU, adotadas a partir da Portaria nº 280/2010, alterada pela Portaria 168/2011, em relação à classificação das auditorias, aquela que "objetiva examinar a economicidade, eficiência, eficácia e efetividade de organizações, programas e atividades governamentais, com a finalidade de avaliar o seu desempenho e de promover o aperfeiçoamento da gestão pública" classifica-se como auditoria
- (A) de conformidade.
  - (B) contábil.
  - (C) operacional.
  - (D) de sistema.
  - (E) interna.
- 
48. A técnica de auditoria que consiste na elaboração de perguntas, objetivando a obtenção de respostas para quesitos previamente definidos é a
- (A) revisão analítica.
  - (B) inspeção física.
  - (C) conciliação.
  - (D) entrevista.
  - (E) observação.
- 

**Atenção:** As questões de números 49 e 50 referem-se ao texto abaixo.

*Um auditor externo ao proceder a auditoria da empresa Grãos e Cia, constata no ano de 2010, na fase pré-operacional da unidade construída em Palmas, o custo de R\$ 18.000.000,00 relativos à terraplanagem do terreno da fábrica. Foram feitos os testes, que evidenciaram que o contrato de serviços de terraplanagem foi realizado com empresa devidamente constituída juridicamente e em atividade normal. O pagamento do serviço contratado foi efetuado à empresa de terraplanagem e comprovado por pagamento eletrônico constante do extrato bancário. O auditor em procedimento complementar e diante da expressividade dos valores foi até a unidade verificar os serviços. Ao indagar alguns funcionários foi informado que o serviço de terraplanagem havia sido feito pela prefeitura da cidade, a qual também doou o terreno a empresa Grãos e Cia. Os funcionários também informaram que nunca esteve na empresa Grãos e Cia qualquer funcionário da empresa de terraplanagem contratada.*

49. O procedimento do auditor mostra uma postura de
- (A) falta de ética profissional por desconfiar da administração.
  - (B) investigação, atitude não pertinente às atividades do auditor.
  - (C) julgamento profissional avaliando a licitude dos atos da equipe de auditores.
  - (D) representante da Governança no processo de identificação de todas as fraudes.
  - (E) ceticismo profissional adequada às normas de auditoria.
- 
50. A situação evidencia uma operação de
- (A) erro contábil e financeiro.
  - (B) fraude contábil e financeira.
  - (C) ato incondicional com distorções contábeis e financeiras.
  - (D) ato condicional, sem efeitos contábeis e financeiros.
  - (E) falha de governança, sem impacto na auditoria.
- 
51. É correto afirmar com relação aos objetivos da auditoria interna que
- (A) os objetivos não variam e independente do tamanho da empresa ou do quadro funcional devem cobrir totalmente as atividades.
  - (B) é totalmente responsável pela gestão de riscos, garantindo à gestão e governança da empresa a mitigação ou eliminação dos mesmos.
  - (C) está subordinada aos órgãos de governança da empresa, sendo limitada sobre a possibilidade de avaliar as questões de ordem ética, valores e cumprimento de suas funções.
  - (D) ela pode ser responsável por revisar a economia, eficiência e eficácia das atividades operacionais, incluindo as atividades não financeiras de uma entidade.
  - (E) suas atribuições com relação ao cumprimento de leis e normas limitam-se a aquelas pertinentes à área contábil e financeira, ficando as demais normas e leis sob responsabilidade das áreas específicas.



52. Para que a auditoria externa possa utilizar os trabalhos dos auditores internos é obrigatório que
- (A) as reuniões sejam aleatórias e sem previsão dos assuntos a serem tratados, mantendo assim a independência.
  - (B) haja subordinação dos auditores internos aos auditores externos.
  - (C) os trabalhos sejam desenvolvidos de acordo com as determinações da administração da empresa e dos órgãos de governança.
  - (D) a determinação da amostra, a seleção dos documentos e a revisão sejam feitas pela auditoria externa.
  - (E) avalie a objetividade da função da auditoria interna e a competência técnica dos auditores internos.

53. Dadas as situações a seguir:

- I. A empresa Dominó Ltda registrou todas as vendas de bens faturadas e os serviços que foram prestados nos montantes do parcelamento contratado.
- II. A empresa Construção Ltda reconheceu as vendas faturadas no resultado e está aguardando o faturamento dos serviços para reconhecer as receitas das consultorias prestadas.
- III. A empresa Service S.A. reconhece suas receitas com a execução completa dos serviços.
- IV. A empresa Logística S.A. faturou os produtos, reconheceu as receitas e a mercadoria encontra-se no porto disponível para embarque no navio para o cliente.
- V. A empresa Diagonal Ltda difere a quantia faturada como serviços de garantia quando vendido em conjunto com os televisores.

São consideradas "não conforme" pelo auditor APENAS

- (A) I.
- (B) II e III.
- (C) V.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

### Noções de Administração Pública

54. A busca por prestação de serviços de qualidade para o cidadão na gestão pública flexibilizada como estratégia para alcançar a satisfação do consumidor, em que o cidadão deixa de ser visto como mero financiador do sistema, por meio de pagamento de impostos, e passa a ser a razão de existir dos serviços públicos, caracterizou o estágio da administração pública conhecido por
- (A) modelo racional-legal.
  - (B) gerencialismo puro.
  - (C) consumeirismo.
  - (D) patrimonialismo.
  - (E) empreendedorismo.
55. O incentivo a se desenvolver a capacidade de promover a sintonia entre os governos e as novas condições socioeconômicas, políticas e culturais, em que a competição inter-regional, ou interurbana apresenta-se, entre outras, por meio de investimentos em infraestrutura social, que seria responsável por criar centros de inovação e alianças entre esferas de poder de elites políticas locais procurando garantir os recursos necessários para a realização de todos os investimentos necessários, é conhecido como
- (A) empreendedorismo governamental.
  - (B) *accountability*, equidade e justiça.
  - (C) novas lideranças.
  - (D) competências essenciais.
  - (E) gestão de conflitos.



56. As organizações humanas formais, sejam privadas ou públicas, representam uma espécie de arranjo entre os variáveis objetivos, atividades e recursos, num processo de gestão conhecido como planejamento, organização, direção e controle, em que os paradigmas ou modelos de gestão são decididos e implantados para fazer funcionar a organização. A obtenção de recursos para sustentar o funcionamento da organização pública difere da organização privada devido
- (A) à transformação de desejos em necessidades pela organização pública.
  - (B) ao poder de barganha dos fornecedores de serviços públicos.
  - (C) ao poder de barganha dos Clientes-cidadãos.
  - (D) ao poder extroverso.
  - (E) à liderança em custos dos entes públicos.
- 
57. O modelo de gestão pública gerencial adotado recentemente, deve utilizar-se de técnicas de elaboração de planos alinhando a estratégia aos programas de governo, bem como o desempenho projetado deve ser mensurado, a fim de permitir o controle pelos tribunais de contas. A mensuração depende da escolha de fatores críticos de sucesso e o estabelecimento de indicadores-chave de desempenho. Nas organizações privadas uma ferramenta e sistema de informação atualizados tem utilizado indicadores financeiros e não-financeiros de desempenho em quatro perspectivas: (financeira, clientes, processos internos e aprendizado/crescimento), que se inter-relacionam, enfatizando a perspectiva financeira. Nas organizações públicas, essa ferramenta tem sido utilizada com parcimônia e adaptações às características próprias de cada área, ministério, secretaria, prefeitura, ou entidade da administração indireta entendendo que a ênfase não deve ser a financeira. A ferramenta mencionada refere-se a
- (A) *Balanced Scorecard* – BSC.
  - (B) Plano Plurianual – PPA.
  - (C) Lei de Diretrizes Estratégicas – LDO.
  - (D) Modelo SPI/MPOG.
  - (E) Mapa de Produtos – TCU.
- 

#### Administração Financeira e Orçamentária

58. No processo orçamentário que se caracteriza por apresentar duas dimensões do orçamento: o objeto de gasto é um programa de trabalho, contendo as ações desenvolvidas, toda a ênfase reside na performance organizacional, sendo também conhecido como orçamento funcional. Esta técnica orçamentária é conhecida como orçamento
- (A) programa.
  - (B) clássico.
  - (C) de desempenho.
  - (D) fixo.
  - (E) contínuo.
- 
59. O instrumento ou ferramenta de planejamento da ação governamental, no qual a principal característica da metodologia é exigir que todas as despesas de cada repartição pública sejam justificadas detalhadamente como se cada item programático fosse uma nova iniciativa, isto é, direitos adquiridos sobre despesas anteriormente autorizadas são desprezadas. Esta metodologia de orçamentação é conhecida como Orçamento
- (A) estratégico.
  - (B) funcional.
  - (C) clássico.
  - (D) programa.
  - (E) base-zero.
- 
60. Os procedimentos a serem realizados para elaboração, aprovação, execução e controle dos instrumentos de planejamento, que compreende um período de 2 anos, e preocupa-se com a arrecadação de receitas e a realização de despesas, referem-se ao ciclo
- (A) de gestão da PDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.
  - (B) da LOA – Lei do Orçamento Anual.
  - (C) de gestão do PPA – Plano Plurianual.
  - (D) do DOM – Diretrizes Objetivos e Metas.
  - (E) PDCA – Planejamento, Direção, Controle e Ação.
-

**DISCURSIVA – REDAÇÃO****Instruções:**

Conforme Edital deste Concurso, item 5 do **Capítulo X. Da Prova Discursiva – Redação**, será atribuída nota ZERO, dentre outros itens, à redação que:

- apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.

A redação deverá ter a extensão mínima de 20 e máxima de 30 linhas, considerando-se letra de tamanho regular.

Escolha **UMA (apenas uma)** das seguintes propostas para a sua redação e identifique na Folha de Redação o número da proposta escolhida.

**PROPOSTA 1**

*Os protestos e manifestações realizados em diversos países pelo que ficou conhecido como **The Occupy movement** (Movimento de ocupação), trazendo como principal slogan “Nós somos os 99%”, têm se voltado contra as crescentes desigualdades econômicas e sociais. O principal executivo de um dos maiores bancos do mundo, com sede na Grã-Bretanha, pode ilustrar à perfeição o 1% restante e os gritantes contrastes entre os ganhos dos dois grupos. Segundo o jornal **The Guardian**, o salário para essa função aumentou quase 5.000% em trinta anos, ao passo que a média salarial no país cresceu apenas três vezes no mesmo período.*

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

**As desigualdades econômicas e os movimentos sociais****PROPOSTA 2**

*UE, ANSA, ALADI, CAO, MERCOSUL\*... Essas e outras siglas passaram, nas últimas décadas, a dividir espaço na mídia com os nomes dos países mais conhecidos que participam desses agrupamentos voltados à integração econômica e, eventualmente, social e política. Se o sucesso da União Europeia, o bloco de história mais antiga, foi provavelmente um dos fatores fundamentais para a disseminação dessa ideia, a atual crise do bloco europeu e da zona do Euro pode ter o efeito contrário. Para uns, a única solução é o retorno ao isolamento; outros asseguram que ela só virá com uma integração ainda maior e mais estreita. É desse debate que depende, entre outras coisas, o futuro de uma utopia: a abolição de todas as fronteiras.*

\* UE – União Europeia; ANSA – Associação de Nações do Sudeste Asiático; ALADI – Associação Latino-Americana de Integração; CAO – Comunidade da África Oriental; MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

**A integração econômica e política entre os países**



PROPOSTA ESCOLHIDA:

Nº:

RASCUNHO